

ESTRUTURAS DE PODER DOS DISCURSOS: ELEMENTOS PARA UMA ABORDAGEM SÓCIO-SEMIÓTICA

Cidmar Teodoro Pais

O estudo dos discursos sociais não-literários, desenvolvido segundo modelos lingüísticos transfrásticos, constitui, sem dúvida, área de pesquisa extremamente fecunda, atraente e complexa, que se nos apresenta, numa fase ainda embrionária, ao mesmo tempo como um desafio ao poder de explicação das teorias científicas do campo da linguagem e da significação e como um terreno privilegiado para a realização de investigações multidisciplinares nas chamadas ciências humanas.

Nosso escopo, dentro dos estreitos limites deste trabalho, será o de tecer algumas considerações, propor algumas breves reflexões a propósito de certos aspectos de um possível tratamento daqueles discursos, relacionados, por um lado, a papéis sociais de importância diversa e, por outro, a processos peculiares de produção metalingüística, responsáveis pela constante reconstrução da linguagem e pela reorganização dos recortes culturais — a “visão do mundo” — que lhes correspondem; buscaremos, enfim, conquanto o façamos sumariamente, definir a sua interdependência, a sua interação, as ligações que entre tais discursos se estabelecem, permitindo que se modalizem e se sobre-modalizem uns aos outros, assim como algumas possibilidades de sua manipulação.

Tomamos como ponto de partida o conjunto das modalidades transfrásticas — discursivas — apresentadas por A. J. Greimas, em sua proposta de uma *organização da competência pragmática*. Esta é considerada como uma instância potencial pressuposta pelo ato do discurso, articulada em *níveis* de existência, que se caracterizam por um *modo de existência semiótico* particular (1)

1 — GREIMAS, A. J. — *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. São Paulo, DIFEL, 1976, p. 74.

Teremos, então, resumidamente:

COMPETÊNCIA		PERFORMANCE
Modalidades virtualizantes	Modalidades atualizantes	Modalidades de realização
dever-fazer querer-fazer	poder-fazer saber-fazer	fazer-ser

Os discursos sociais não-literários organizam-se em função de modalidades complexas, que determinam seu modo de produção da significação e da informação, e que resultam da combinatória das modalidades acima apontadas.

Propomo-nos, pois, discutir, dessa perspectiva, os discursos científico, tecnológico, jurídico, político, jornalístico, publicitário, burocrático, coloquial. Semelhante inventário não é, obviamente, exaustivo mas constitui, por certo, significativa amostra.

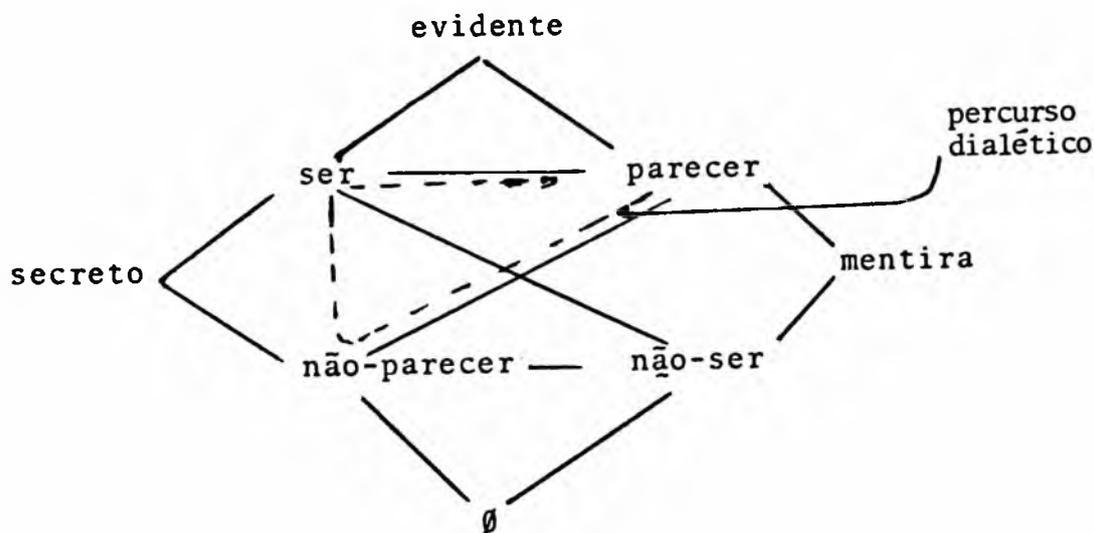
O discurso científico se define pela modalidade complexa

poder fazer saber

Trata-se, como se vê, de discurso que tem por objetivos simultâneos a busca da verdade e a construção do saber. Na medida em que o processo discursivo é dinâmico, a verdade científica será sempre provisória e o saber assim construído, submetido a permanente reelaboração.

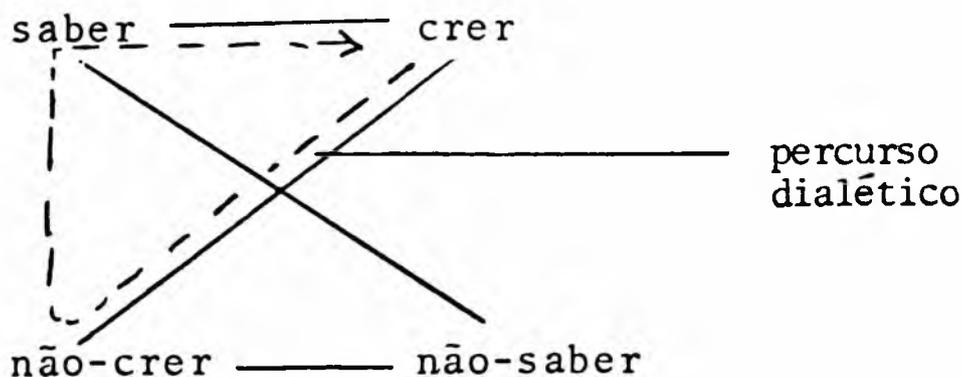
Por essas razões, a produção do discurso científico se dá no *percurso dialético* de modalidades *aléticas* — verdadeiro/falso — e de modalidades *epistêmicas* — crer-saber. Desse modo, enquanto busca da verdade, o discurso científico se desenvolve num percurso dialético entre os termos das modalidades aléticas: o *discurso da descoberta* parte do *parecer-phainomena* — que permite configurar a hipótese, ou as hipóteses, e chega, num primeiro segmento, ao *não-parecer* — a rejeição de uma hipótese —; num segundo segmento, *demonstra* o que até então era *secreto* — *ser x não-parecer* —, tornando-o *evidente* — *ser x parecer* —.

Esquemáticamente, teríamos:



Na sua condição de processo de construção de um saber, tem o seu percurso dialético inscrito entre os termos das modalidades *epistêmicas*. Toma como ponto de partida um *crer* — hipótese fundamentada na aceitação de um *saber* anterior —, conduz, num primeiro segmento, a um *nãocrer* — rejeição da hipótese — e, num segundo segmento discursivo, apresenta a proposta de um novo *saber*.

Temos, pois, esquemáticamente:



Como todo *ser* tornado *evidente* é também um *parecer* — *evidente = ser x parecer* — e como todo o *saber* construído conduz a um *crer*, impõe-se epistemologicamente o reinício do processo, ou seja, a retomada da verdade científica e do saber produzidos, para discussão e reformulação nos discursos científicos subsequentes.

O discurso científico caracteriza-se, por conseguinte, por uma sustentação ideológica tríplice — no mínimo — o que vem mostrar que não é “neutro”, como pretendem alguns. Diga-se, de passagem,

nenhum discurso o é. Com efeito, um discurso científico é produzido como uma manifestação metalingüística, realizada sempre numa *língua natural*, que pertence ao complexo sócio-lingüístico-cultural de uma comunidade, de modo que reflete necessariamente, e até certo ponto, a “visão de mundo” dessa mesma comunidade. Por outro lado, é discurso metalingüístico de que resulta inexoravelmente uma reformulação — maior ou menor — daquela “visão de mundo”, acompanhada da preposição de um *mundo construído* peculiar ao universo de discurso.

Apresenta, pois, o discurso científico ainda duas ideologias, uma dita *necessária* e outra, dita *contigente*. A ideologia contigente é assumida pelo autor — de modo consciente ou não — e varia, portanto, de um autor para outro, de um discurso a outro. (Determinado texto poderá ser classificado como estruturalista, marxista, etc.)

A ideologia necessária do discurso científico define esse universo de discurso e o conjunto dos textos que compreende: é o *dizer verdadeiro*. Entenda-se por essa expressão não que o discurso científico diga necessariamente a verdade mas, sim, que o *discurso científico tem o poder de fazer que as coisas ditas sejam consideradas verdadeiras*.

O discurso tecnológico define-se pela modalidade complexa
poder saber fazer

Compreende-se, assim, que o discurso científico e o discurso tecnológico são complementares, já que são determinados por modalidades contrárias. Efetivamente, o *fazer* tecnológico pressupõe um *saber*. Ninguém consultaria, com confiança, um médico que ignorasse a biologia, assim como não se confiaria a construção de uma casa a um engenheiro que desconhecesse as leis da física.

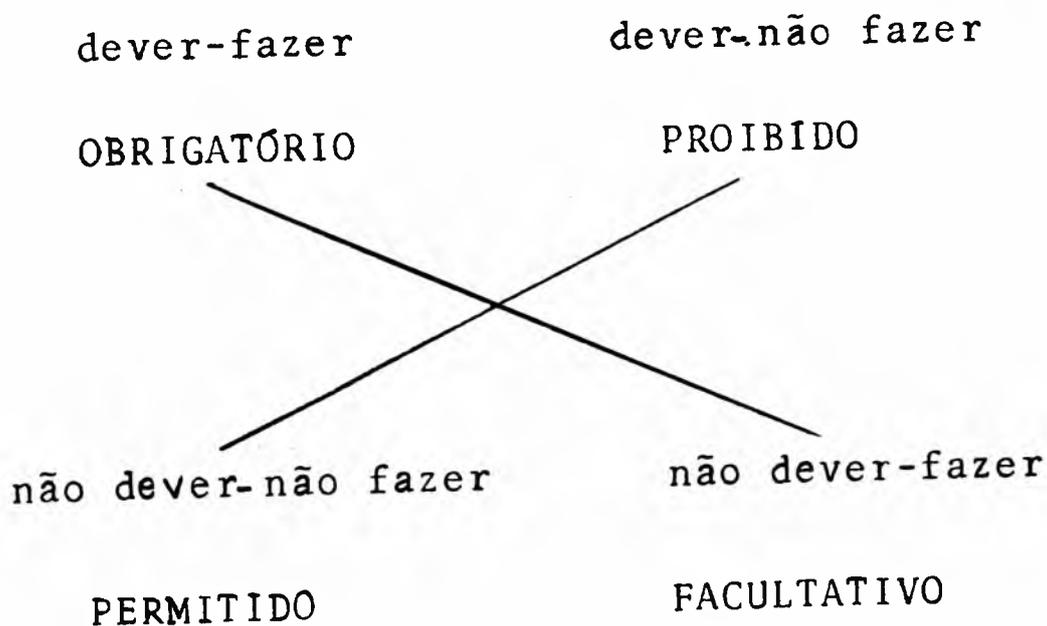
Por essa razão, o discurso científico e o discurso tecnológico só podem desenvolver-se harmoniosamente, de maneira produtiva e fecunda, se se sustentarem em permanente tensão dialética. O discurso científico *alimenta* o discurso tecnológico com o saber que produz; o discurso tecnológico, por sua vez, constitui um lugar de *validação* daquele saber e pode, assim *realimentar* o discurso científico.

Nesse sentido, a ruptura dessa tensão dialética atinge gravemente a produtividade dos dois discursos. A importação de uma tecnologia sem a do correspondente saber no qual se fundamenta constitui um dos fatores dessa ruptura. A uma tecnologia dependente corresponde inevitavelmente uma ciência ociosa — por que não se aplica — que conduz a uma crise no discurso da instituição à qual incumbe a construção do saber, por exemplo, a Universidade.

O discurso jurídico tem como modalidade complexa
poder fazer dever

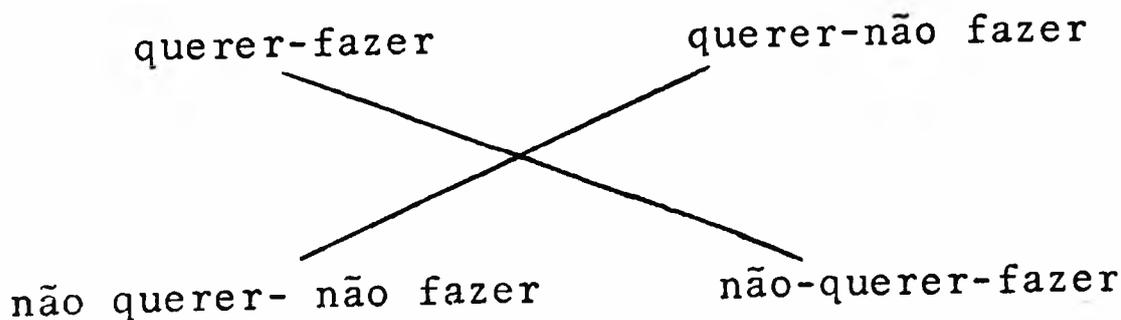
Assim, o discurso jurídico produz o *dever*, de modo que nenhum dever pre-existe ao discurso que o institui, seja ele o das leis formais ou do costume. Seu percurso dialético inscreve-se, portanto, entre os termos das modalidades *deônticas* e sua produção diz respeito, basicamente, ao *dever-fazer* — *obrigatório* e ao *dever não-fazer* — *proibido* —.

Esquemáticamente, pode-se formalizá-lo no quadro semiótico:



O discurso político é definido pela modalidade complexa
poder fazer querer

Seu percurso dialético se dá entre os termos das modalidades *volitivas*, que se combinam com as modalidades *factitivas*:



Nessas condições, o discurso político não se limita a uma *interpretação* da vontade geral e das aspirações de segmentos significativos da sociedade — de que resulta a primeira — mas constitui-se no lugar semiótico em que estas e aquelas são *produzidas*. Podemos dizer, pois, que o discurso político tem o poder de gerar um querer-fazer.

Os discursos científico, tecnológico, jurídico, político que examinamos até aqui, definem-se, como vimos, por uma única modalidade complexa. Por essa razão, em termos de “discurso ideal”, apresentam como uma de suas características desejáveis o estabelecimento de um único plano de significado, no seu percurso sintagmático, ou seja, admitem, em princípio, uma única isotopia. Tendem à monosemia — e isso já os qualificaria como eminentemente metalingüísticos — e constroem, portanto uma metalinguagem específica, em que as ambigüidades e a polissemia são uma constante ameaça de ruído e podem até mesmo comprometer o discurso.

Com efeito, parece-nos bastante difícil conceber que um discurso tecnológico a respeito, por exemplo, do trabalho de reparação de determinadas máquinas fosse suscetível de duas ou mais “leituras”. O resultado seria, por vezes, desastroso. Da mesma forma, um discurso jurídico ambíguo trará sempre grave dano social, poderá ter consequências imprevisíveis.

Diremos, portanto, que tais discursos se caracterizam por uma tendência à busca da mono-isotopia.

Bastante diversa é a situação do discurso jornalístico e do discurso publicitário, por exemplo.

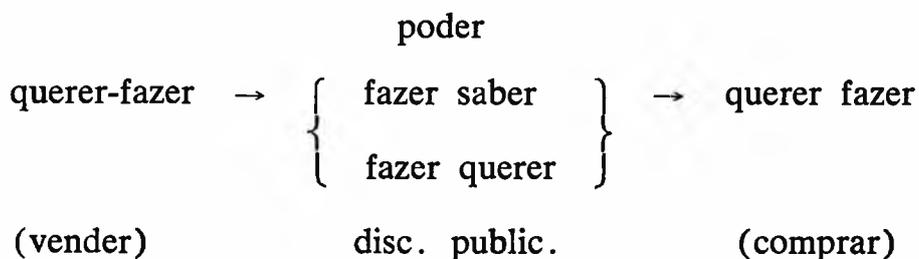
São definidos ambos por duas modalidades complexas:

poder fazer saber
poder fazer querer

Como sabemos, o discurso jornalístico não se limita ao processo de *informar*. Ele o faz, sem dúvida, e é necessário reconhecer que a simples transmissão de um saber sobre algo é suscetível de produzir no leitor um *querer* a respeito daquele mesmo fato. Quando tomamos conhecimento de que alguma coisa está ocorrendo em certo país, ou em determinada região, somos levados freqüentemente a desejar que a situação evolua de uma ou de outra maneira. Contudo, o discurso jornalístico a isso não se restringe, e o *saber* que transmite é *sobremodalizado* por um *querer* do emissor que tem por objetivo produzir no receptor — no caso, o leitor — *um querer a respeito de um saber*.

Assim, também, o discurso publicitário pode informar quanto à existência de produtos cujo consumo se pretende incentivar, e, muitas vezes, quanto às qualidades desses produtos, que os tornariam *desejáveis*. Entretanto, a modalidade que exprime a razão de ser do discurso publicitário é o *poder fazer querer*. Trata-se, aqui, do poder de fazer com que o consumidor *queira consumir*. Ao comprar tal ou qual produto, ele julgará estar *fazendo o que quer*; não tem consciência, as mais das vezes, que esse seu *querer* não pre-existia ao discurso publicitário e foi por ele gerado. O *saber*, nesse caso, é sobremodalizado pelo *querer* do emissor — o agente publicitário e o cliente que representa — que visa a despertar o *querer fazer (comprar)* do receptor, o consumidor potencial.

Esquemáticamente, teremos:



Os discursos jornalístico e publicitário apresentam, pois uma combinatória de modalidades complexas, em que se dá um processo de sobremodalização intra-discursiva. Dessa maneira, seus textos compreendem necessariamente planos múltiplos de significado, isto é, tendem à pluri-isotopia, admitindo, por isso mesmo, varias “leituraras”. A polissemia, longe de ser fonte de ruído, consolida e amplia o poder do discurso.

O discurso coloquial é o que apresenta maior complexidade. Em seus textos pode ocorrer — alternada ou simultaneamente — a combinatória de duas ou mais modalidades complexas, que dão lugar a toda sorte de sobremodalizações. Assim, por exemplo, “uma história edificante e exemplar” é contada para produzir no interlocutor um *saber* — sobre a ocorrência de determinado fato — que gera, ao mesmo tempo, um *não querer fazer* — o temor de que sofra as mesmas conseqüências, se praticar um ato semelhante — e um *dever-não fazer* — em termos do bom comportamento que dele se espera.

Como tivemos a oportunidade de observar, os discursos científico, tecnológico, jurídico, político, jornalístico, publicitário, coloquial detêm todos um *poder*, são estruturados como poder. Nos discursos até aqui considerados, trata-se de um *poder de persuasão*. Tais discursos persuadem a respeito de um saber, de um fazer, de um dever, de um querer.

Existe, porém, um caso particular de discurso que se define por uma modalidade complexa muito pobre, e que, por essa razão, é desprovido do poder de persuasão, *enquanto estrutura discursiva*. Trata-se do discurso tirânico, determinada pela modalidade

poder fazer fazer

Ao contrário do que sucede com os demais discursos até aqui considerados, o poder do discurso tirânico não decorre dos seus recursos intra-discursivos mas é função do poder do enunciador, que tem condições de *fazer fazer*.

O exemplo clássico de discurso tirânico é o discurso burocrático. Aqueles que já perderam o seu tempo, discutindo, por exemplo, com o “homem do guichê”, sabem, por experiência, que *ele não se deixa persuadir nem tenta persuadir, impõe*.

Convém observar, entretanto, que o discurso tirânico não se restringe ao universo de discurso burocrático. Com bastante frequência, o discurso tirânico “invade” outros universos de discurso, sobremodalizando-os, comprometendo a sua estrutura discursiva e atingindo gravemente a sua produtividade quanto à significação e quanto à informação.

Quando o discurso científico, por exemplo, é dominado pelo discurso tirânico — seja em termos da burocracia institucional, seja em termos pessoais, numa relação orientador/ orientando, mestre/ discípulo (e as duas coisas são difíceis de dissociar, por vezes) — perde o primeiro a sua produtividade, enquanto processo de descoberta e construção do saber, tornando-se então, sob muitos aspectos, uma espécie de discurso neurótico eminentemente reiterativo. Teremos, nesse caso, a substituição do discurso científico autêntico por um discurso dogmático.

O discurso tirânico pode introduzir-se no discurso coloquial — no relacionamento entre pais e filhos, entre cônjuges, entre amigos —, no discurso tecnológico — quando não admite opção — no discurso jurídico. Introduce-se também no discurso político e no publicitário — quando o *querer* do enunciador se impõe em vez de produzir, no percurso sintagmático do discurso, o *querer* do enunciatário. São conhecidos certos textos de anúncios de publicidade do tipo “Você não pode morar num apartamento igual ao de todo o mundo”

Consideremos, pois, em conjunto as relações entre os modelos de discursos que examinamos e as modalidades complexas que os determinam:

DISCURSOS	MODALIDADES COMPLEXAS	SIGNIFICAÇÃO	PERSUAÇÃO
discurso científico	poder saber fazer		+
discurso tecnológico	poder fazer saber		+
discurso jurídico	poder fazer dever	tendem à	+
discurso político	poder fazer querer	mono-isotopia	+
discurso burocrático	poder fazer fazer	buscam a	-
		monossemia	
discurso jornalístico	poder fazer saber	tendem à	+
discurso publicitário	poder fazer querer	pluri-isotopia	
	poder fazer saber	buscam a	+
discurso coloquial	poder fazer querer	polissemia	±
	todas as modalidades		

Importa observar, finalmente, que os universos de discurso que examinamos, e os textos que lhes correspondem, não têm um caráter estanque. Tais discursos são interdependentes, na comunidade sócio-lingüístico-cultural, interagem constantemente e se torna praticamente impossível estabelecer-lhes fronteiras rígidas.

Ocorrem, com frequência, sobremodalizações inter-discursivas, que permitem processos mais ou menos complexos de manipulação discursiva.

Além disso, a produção de significação e informação de um universo de discurso alimenta a outros universos e é por estes realimentada

Assim, por exemplo, determinada descoberta científica — um *saber* sobre o desenvolvimento de micróbios no leite — alimenta o discurso tecnológico, que produz um *saber fazer* — a técnica de pasteurização do leite —, que conduz finalmente ao discurso jurídico, o qual, realimentado pelos dois discursos precedentes, institui um *dever fazer* — é obrigatória a pasteurização do leite — e um *dever não fazer* — é proibido vender leite não pasteurizado —.

O desenvolvimento de certo *saber*, a respeito de fontes e processos de energia, produzido pelo discurso científico, ao qual se pode acrescentar ainda um *saber fazer*, isto é, o resultado de um discurso tecnológico, pode conduzir a um *querer-fazer* ou a um *querer-não-fazer* no plano do discurso político, ou seja, à sobremodalização do político pelo científico.

O discurso político, em função de um *querer-fazer*, pode tentar conduzir, orientar, condicionar o processo do discurso científico, fixando, por exemplo, prioridades para a utilização dos recursos disponível. Teremos, então, uma *política da ciência*, isto é, a sobremodalização do discurso científico pelo discurso político.

Ao contrário, o discurso científico sobre o discurso político se inscreverá numa *ciência política*.

Muitas vezes, o discurso publicitário se vale de determinado *saber* produzido pelo discurso científico, para gerar um *querer* (É o caso, por exemplo, do anúncio de dentifício que explora certas qualidades do flúor)

Teremos, então, uma sobremodalização do tipo
poder fazer saber → poder fazer querer

Por outro lado, quando o discurso científico abandona o seu processo de busca da verdade e de construção do saber, para fazer

proselitismo em favor de determinadas escolas, correntes ou teorias, fica caracterizada uma sobremodalização do discurso científico pelo discurso publicitário, ou seja:

poder fazer querer → poder fazer saber

De toda maneira, que haja sobremodalização ou não, um discurso nunca significa isoladamente e a sua produtividade não é independente da produtividade dos outros discursos. Os discursos significam na sua relação uns com os outros, isto é, na sua intertextualidade, e esta se define em termos intra-universo e inter-universo de discurso.

Assim, as modalidades discursivas complexas e as diferentes sobremodalizações constituem elementos importantíssimos, para a compreensão dos processos de alimentação e realimentação semiótica e informacional dos discursos e de sua manipulação.